

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

195 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 12 a 16/02/2024

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE	1
ECON - diálogo monetário com o BCE	1
BUDG - QFP 2021-27	1
AFET - eleições presidenciais na Rússia	1
AFET e DEVE - UNRWA	2
IMCO e LIBE - regulamento sobre Inteligência Artificial	2
FISC - questões fiscais na UE e investimento direto estrangeiro	3
DROI - debate sobre a jurisdição do crime de agressão	3
SEDE - NATO	4
EMPL - Semestre Europeu	4
ACP - UE: reuniões constitutivas	4
2. REGRAS DA GOVERNAÇÃO ECONÓMICA - ACORDO POLÍTICO	5
3. NATO - MINISTROS DA DEFESA	5
4. AGRESSÃO RUSSA CONTRA A UCRÂNIA - BENS RUSSOS IMOBILIZADOS	7
5. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE	7
6. ELEIÇÕES PE - PROJEÇÕES	8
7. COMISSÃO EUROPEIA- PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO	10
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	10
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	11
Conferência sobre falta de habitação e sem abrigo	11
Reunião informal dos ministros do Desenvolvimento	11
Reunião informal dos ministros da Competitividade (Investigação)	11
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	12
Parlamento Europeu	12
Comissão Europeia	12
Conselho da União Europeia	12
Cooperação interparlamentar	12

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

ECON - diálogo monetário com o BCE

No dia 15 de fevereiro, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários realizaram o seu último [Diálogo Monetário](#) com a Presidente do Banco Central Europeu na 9ª legislatura (enquadramento [aqui](#)).

A audição pode ser vista [aqui](#) e esta ocasião ficou marcada também pelo 25.º aniversário da introdução do euro como moeda comum para os Estados-Membros da área do euro, o tema em debate foi *"Euro a 25: o que se segue para a UEM?"*. A Comissão ECON disponibilizou um conjunto de estudos e reflexões sobre este tema, que identificamos no quadro seguinte:

Estudos feitos para a Comissão ECON sobre os 25 anos do Euro	
-	The Euro at 25: Fit for purpose? - Lucrezia REICHLIN, Jean PISANI-FERRY, Jeromin ZETTELMEYER - Bruegel (PDF - 2 MB)
-	From past shocks to future uncertainties: navigating 25 years of euro area challenges - Daniel GROS, Farzaneh SHAMSAKHAR - CEPS (PDF - 718 KB)
-	The age of reason? - Charles WYPLOSZ (PDF - 731 KB)
-	The ECB and the integrity of the euro area: Past and future - Luigi BONATTI, Andrea FRACASSO, Roberto TAMBORINI - University of Trento (PDF - 557 KB)
-	Euro@25: Where has the euro area been? Where does it go from here? - Pierre SIKLOS - CASE (PDF - 790 KB)
-	The euro at 25 and what's next for the ECB? - Karl WHELAN, University College Dublin (PDF - 1 MB)
-	ECB monetary policy: Past, present and future - Kerstin BERNOTH, Sara DIETZ, Rosa LASTRA, Atanas PEKANOV - DIW Berlin (PDF - 787 KB)
-	Sailing in all weather conditions the next 25 years: challenges for the euro - Christophe BLOT, Jérôme CREEL, Hubert KEMPF, Sandrine LEVASSEUR, Xavier RAGOT, Francesco SARACENO - OFCE (PDF - 694 KB)

BUDG - QFP 2021-27

No seguimento do acordo político sobre o reforço do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE (detalhe [aqui](#)), a Comissão dos Orçamentos debateu o projeto de resolução que acompanha a recomendação de aprovação da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual, em que se congratula com o pacote de financiamento de 50 mil milhões de euros para a Ucrânia, e com a criação de um instrumento especial para além dos limites máximos, a fim de cobrir, pelo menos, parte dos custos de contração de empréstimos do NGEU. Por último, a resolução lamenta a reafectação de verbas de programas-chave da União para financiar outras prioridades. O detalhe está disponível [aqui](#) e [aqui](#), bem como um briefing atualizado do QFP, [aqui](#).

AFET - eleições presidenciais na Rússia

A um mês da realização das **eleições presidenciais na Rússia**, os Deputados do [Grupo de Apoio à Democracia e Coordenação Eleitoral](#) e a [Delegação à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia](#)

organizaram um debate com representantes da oposição russa intitulado *"Porque é que as eleições presidenciais de 2024 na Rússia são importantes? Um debate com a oposição russa"* (detalhe [aqui](#) e debate integral [aqui](#)).

Recorde-se que a **primeira volta** das eleições presidenciais na Rússia terá lugar de **15 a 17 de março de 2024**.

O evento foi presidido por Tomas Tobé (PPE, Suécia), copresidente do DEG.

O painel 1 *"Os direitos humanos e a redução do espaço da sociedade civil na Rússia"* foi moderado por Andrius Kubilius (PPE, Lituânia), relator permanente sobre a Rússia, e contou com os seguintes oradores convidados: Natalia Arno, Presidente da Fundação Rússia Livre, Karinna Moskalenko, advogada de direitos humanos, Vadim Prokhorov, advogado dos direitos humanos do preso político Vladimir Kara-Murza, Mariana Katzarova, Relatora Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos na Federação da Rússia.

O painel 2, *"Que estratégias de resistência para a oposição russa nas actuais circunstâncias políticas?"*, foi moderado por Ryszard Czarnecki (ECR, PL), presidente da delegação do PE para as relações com a Rússia, e contou com os seguintes oradores convidados: Vladimir Milov, Vice-Presidente da Fundação Rússia Livre, antigo Vice-Ministro da Energia da Rússia (2002), Leonid Volkov, da Fundação Anti-Corrupção e antigo chefe de gabinete de Alexei Navalny, Sergey Boyko, deputado eleito do conselho municipal de Novosibirsk, representante da oposição russa, Luc Devigne, Diretor-Geral Adjunto, Europa Oriental e Ásia Central (SEAE).

AFET e DEVE - UNRWA

As Comissões de Assuntos Externos e do Desenvolvimento reuniram-se com representantes da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Médio Oriente (UNRWA) e da Comissão Europeia, [para discutir as recentes alegações](#) feitas pelo governo israelita de que vários membros do pessoal da UNRWA estiveram envolvidos nos ataques do Hamas a 7 de outubro de 2023.

O [debate](#) pode ser visto [aqui](#) e contou com a participação de Marta Lorenzo, Representante da UNRWA para a Europa, Gert Jan Koopman, Diretor-Geral da Direção-Geral das Negociações de Vizinhança e Alargamento da Comissão Europeia (DG NEAR), e Hans Das, Diretor-Geral Adjunto da Direção-Geral da Proteção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia (DG ECHO).

Recorde-se que, na sequência das alegações do Governo israelita de que cerca de 12 membros do pessoal da UNRWA teriam participado nos ataques terroristas do Hamas de 7 de outubro, vários doadores da UNRWA suspenderam o seu apoio financeiro à agência, nomeadamente a França, a Itália, os Países Baixos e a Alemanha. Outros, incluindo a Comissão Europeia, mantiveram o seu apoio financeiro e, desde então, a UNRWA iniciou uma investigação sobre as alegações. A suspensão do financiamento ocorre no contexto de um rápido agravamento da situação humanitária e corre o risco de afetar a prestação de assistência vital aos civis em Gaza.

IMCO e LIBE - regulamento sobre Inteligência Artificial

As Comissões de Mercado Interno e Proteção dos Consumidores e da Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos aprovaram esta semana (detalhe [aqui](#)) o [resultado das negociações](#) com o Conselho sobre a Lei da Inteligência Artificial, de que demos nota detalhada na Síntese anterior (disponível [aqui](#), ponto 3).

O texto final está disponível [aqui](#) e deverá ser aprovado numa das próximas sessões plenárias do PE também aprovado pelo Conselho. O acordo provisório prevê que o Regulamento IA **seja aplicável dois anos após a sua entrada em vigor**, com algumas exceções para disposições específicas.

Esta semana, no âmbito da Conferência de Munique (cfr. infra ponto 5), têm surgido notícias (e.g. [aqui](#)) de que várias empresas de tecnologia (Adobe, Google, Meta, Microsoft, OpenAI, TikTok) estão a trabalhar num acordo para combater o uso enganoso da IA dirigida aos eleitores, cujos detalhes deverão ser apresentados durante a Conferência. Este acordo poderá incluir salvaguardas nas ferramentas de IA generativa que podem

manipular imagens e sons, bem como identificação e rotulação do conteúdo gerado por IA, para que os utilizadores saibam se o que estão vendo é real.

FISC - questões fiscais na UE e investimento direto estrangeiro

A subcomissão dos Assuntos Fiscais do PE promoveu esta semana uma audição sobre a forma de **resolver os obstáculos e distorções fiscais que ainda subsistem no mercado único**. Este debate parte da premissa de que a coexistência de 27 sistemas fiscais nacionais diferentes na UE cria obstáculos significativos à atividade empresarial transfronteiriça no mercado único. Neste contexto, a Subcomissão FISC, solicitou um estudo sobre a *“Eliminação dos obstáculos e distorções fiscais no mercado único, a fim de incentivar o investimento transfronteiriço transfronteiras”*, disponível [aqui](#). O programa e os CVs dos peritos estão disponíveis [aqui](#).

Enrico Letta, antigo Primeiro-Ministro de Itália e atual Presidente do Instituto Jacques Delors, que foi mandatado pelo Conselho Europeu para preparar, até abril, um relatório de alto nível sobre o futuro do mercado interno da UE, participou na audição para explicar os aspectos fiscais do seu trabalho. Os outros peritos convidados foram Christian Kaeser, Diretor de Impostos e Empresas da Siemens, Dominika Langemayr, Professora de Economia na Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt, e Jost Heckemeyer, Professor na Universidade de Kiel e Investigador Associado no Centro Leibniz de Investigação Económica Europeia, em Mannheim.

Durante o debate, os Deputados centraram as suas perguntas nas barreiras fiscais ao mercado único que os legisladores devem procurar resolver, na forma como a aplicação da legislação pode ser melhorada, na melhor maneira de conseguir que os Estados-Membros concordem com uma reforma fiscal significativa da UE e na necessidade de simplificar as regras. Pode assistir novamente à audição [aqui](#).

No mesmo dia, a subcomissão ouviu investigadores encarregados de realizar um estudo sobre *“Boas práticas fiscais na luta contra a evasão fiscal - O papel de sinalização dos dados de Investimento Direto Estrangeiro (IDE)”*, que pode ser lido [aqui](#). Neste trabalho, destaca-se que cerca de 40-45% do volume global de IDE está alojado em paraísos fiscais, enquanto a sua quota na economia mundial é de apenas 41/2%. Estes padrões anómalos de IDE sugerem que o IDE e a evasão fiscal internacional das empresas estão intimamente relacionados. O estudo foi apresentado por Arjan Lejour, e está disponível [aqui](#) (minuto 16:35).

DROI - debate sobre a jurisdição do crime de agressão

A subcomissão para os Direitos Humanos promoveu uma [troca de pontos de vista sobre os desenvolvimentos relativos à jurisdição para o crime de agressão](#) cometido pela Rússia contra a Ucrânia. Os oradores convidados foram Philippe Sands, Professor de Compreensão Pública do Direito na UCL, e Anton Korynevych, Embaixador-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia. A audição pode ser vista [aqui](#).

O debate segue-se a uma visita da subcomissão DROI à Ucrânia realizada em outubro de 2023, onde os Deputados se reuniram com as vítimas, testemunharam a escala de destruição nas antigas áreas ocupadas em Chernihiv e Yahidne e trocaram impressões com as autoridades sobre as lacunas de responsabilização para responsabilizar os perpetradores e fornecer reparação e reparação às vítimas.

Os dois oradores convidados - Philippe Sands, Professor de Compreensão Pública do Direito na UCL e Anton Korynevych, Embaixador-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia - atualizaram a audiência sobre os progressos na criação de um tribunal internacional, incluindo a questão do processo à revelia e a questão da imunidade.

SEDE - NATO

A subcomissão de Segurança e Defesa realizou um [debate com o Secretário-Geral Adjunto da NATO](#), Mircea Geoană, que sublinhou a importância da cooperação OTAN-UE para fazer face à situação de segurança no mar Negro, nos Balcãs Ocidentais e na Europa Oriental e enfrentar outros desafios comuns, como a desinformação, a cibersegurança e as questões militares. Geoană afirmou que o resultado da guerra na Ucrânia irá moldar o futuro da segurança europeia nas próximas décadas. Desde a anexação ilegal da Crimeia pela Rússia em 2014, a NATO implementou o maior reforço da sua defesa coletiva numa geração, nomeadamente através do reforço da sua dissuasão e defesa, do aumento das despesas com a defesa e do apoio à indústria de defesa.

Além disso, os membros da SEDE debateram a guerra híbrida o **segundo relatório do SEAE sobre as ameaças de manipulação e interferência de informações estrangeiras** (FIMI, disponível [aqui](#)) com Aude maio-Coliche, Directora de Comunicação Estratégica e Prospetiva do SEAE, de que demos nota desenvolvida na Síntese n.º [192](#), ponto 7.

EMPL - Semestre Europeu

No âmbito do Semestre Europeu, enquanto quadro da União Europeia para a coordenação e supervisão das políticas económicas e sociais, as Comissões de Emprego e Assuntos Sociais e a de Assuntos Económicos e Monetários do PE decidiram elaborar - cada uma - um relatório de iniciativa, tendo em vista a sua adoção em plenário em março, antes do Conselho Europeu da primavera.

Para a Comissão EMPL, o objetivo era permitir um [contributo mais substancial](#) sobre as **prioridades sociais e de emprego da UE**, tendo votado esta semana o seu relatório de iniciativa sobre esta matéria, que se centra na modernização dos mercados de trabalho, dos sistemas de segurança social e na criação de empregos de qualidade nas transições ecológica e digital. Disponibilizamos um [link para o relatório](#), um [link para o processo legislativo](#), e um [explicador do semestre europeu](#).

ACP - UE: reuniões constitutivas

Damos nota de que quatro assembleias parlamentares, que reúnem Deputados do Parlamento Europeu com membros dos parlamentos nacionais de África, Caraíbas e Pacífico, vão decorrer de 19 a 21 de fevereiro (detalhe [aqui](#)).

A sessão solene de abertura da primeira reunião da Assembleia Parlamentar Paritária da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP-UE) terá lugar na quarta-feira, 21 de fevereiro, às 09h00, na Assembleia Nacional de Luanda, Angola, e será presidida pelo Deputado português Carlos Zorrinho (Presidente da Delegação do PE) e pela Deputada moçambicana Ana Rita Sithole, ambos co-presidentes da Assembleia Paritária.

O presidente da República de Angola, João Lourenço, fará uma declaração durante a sessão solene.

Os principais temas a discutir nas reuniões das quatro assembleias serão:

- *Rumo a uma parceria liderada pelos cidadãos: perspetivas da Assembleia Parlamentar Pacífico-UE*
- *Rumo a uma parceria liderada pelos cidadãos: perspetivas da Assembleia Parlamentar Caraíbas-UE*
- *Rumo a uma parceria liderada pelos cidadãos: perspetivas da Assembleia Parlamentar África-UE*
- *Novo ímpeto para as relações OEACP-UE: Rumo a uma parceria orientada para os cidadãos*

Estas reuniões são as primeiras desde a adoção do novo Acordo de Samoa. Na segunda-feira, dia 19 de fevereiro, a delegação vai visitar um projeto sobre educação, ensino e formação técnico-profissional na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.

2. REGRAS DA GOVERNAÇÃO ECONÓMICA - ACORDO POLÍTICO¹

Temos vindo a dar nota, ao longo dos últimos meses, das negociações entre o PE e o Conselho sobre a proposta de reforma do [quadro de governação económica da UE](#). Em termos de contexto, recorde-se que em 26 de abril de 2023, a Comissão apresentou um pacote que inclui três propostas legislativas: dois regulamentos que visam substituir ([vertente preventiva](#)) ou alterar ([vertente corretiva](#)) os dois pilares do Pacto de Estabilidade e Crescimento, adotado pela primeira vez em 1997, e uma [diretiva alterada](#) que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros.

No passado dia 10, os negociadores **chegaram a um acordo político provisório sobre estas propostas de reforma**². Os comunicados de imprensa do PE ([aqui](#)) e do Conselho ([aqui](#)) podem ser consultados para mais detalhes.

Os principais elementos do acordo provisório podem ser sintetizados do seguinte modo:

- é mantido o **objetivo geral da reforma que consiste em reduzir os rácios da dívida e os défices de forma gradual**, realista, sustentada e favorável ao crescimento, protegendo simultaneamente as reformas e o investimento em domínios estratégicos como o digital, o ecológico, o social ou a defesa;
- **os Estados-Membros deverão apresentar planos orçamentais-estruturais nacionais de médio prazo**: a Comissão apresentará uma "trajetória de referência" aos Estados-Membros com uma dívida pública superior ao valor de referência de 60 % do produto interno bruto (PIB) ou com um défice orçamental superior ao valor de referência de 3 % do PIB.

A trajetória de referência indica a forma como os Estados-Membros podem assegurar que, no final de um período de ajustamento orçamental de quatro anos, a dívida pública se encontre numa trajetória descendente realista ou permaneça em níveis prudentes a médio prazo. Terá duas salvaguardas: relativa à sustentabilidade da dívida, e relativa à resiliência do défice.

Com base na trajetória de referência, os Estados-Membros incorporam então nos seus planos orçamentais-estruturais nacionais de médio prazo a trajetória de ajustamento orçamental, expressa como trajetória das despesas líquidas.

- **as novas regras incentivarão ainda mais as reformas estruturais e os investimentos públicos**: os Estados-Membros serão autorizados a solicitar uma prorrogação do período de ajustamento orçamental de quatro anos por um período máximo de sete, se realizarem determinadas reformas e investimentos que incidam sobre as prioridades comuns da UE.

3. NATO - MINISTROS DA DEFESA

A 14 e 15 de fevereiro, teve lugar em Bruxelas uma reunião dos [Ministros da Defesa da NATO](#) (detalhe e programa [aqui](#)), incluindo uma Reunião do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia e do Conselho NATO-Ucrânia. Neste contexto, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg anunciou que **18 países atingiram a meta de investimento de 2% do PIB em defesa em 2024** - um aumento de seis vezes desde o [compromisso de Cardiff em 2014](#), quando apenas três Aliados cumpriram o objetivo. Acrescentou que, em 2023, *"assistimos a um aumento real de 11% nas despesas com a defesa dos Aliados europeus e do Canadá (...), e que em 2024, os aliados da NATO na Europa irão investir um total combinado de 380 mil milhões de dólares americanos em defesa (...). Os Aliados da NATO na Europa investiram 1,47% do seu PIB coletivo na defesa."*

¹ Fonte: serviços de imprensa do Conselho e do PE

² O negociador do Conselho foi Vincent Van Peteghem, vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças da Bélgica. As correlatoras Esther de Lange e Margarida Marques (PT, S&D) foram as negociadoras do Parlamento Europeu. A Comissão esteve representada pelo vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis.

Esta semana, surgiram igualmente vários relatos interessantes sobre esta matéria, nomeadamente a **edição de 2024 do relatório *The Military Balance*** do International Institute for Strategic Studies (IISS) (<https://www.iiss.org/>), que refere que “*A Rússia gasta cerca de um terço do seu orçamento na defesa e está a gastar armas, munições e tropas a um ritmo insustentável*”. Deste modo, o diretor-geral do IISS, Bastian Giegerich disse, na apresentação do estudo (disponível [aqui](#)) disse que se estima que a Rússia será capaz de manter o seu esforço de guerra na Ucrânia por “*mais dois ou três anos*” (notícia do *Político* [aqui](#)).

Noutro registo, o Serviço de Informações Estratégicas da Estónia publicou um estudo analítico (disponível [aqui](#)), onde refere que “*A maior lição da Rússia na guerra na Ucrânia em 2023 foi a geração de forças. Embora a Rússia recrutar uma grande massa de pessoas, não conseguiu alcançar o sucesso militar devido a uma formação inadequada. É provável que a Rússia persista na sua guerra baseada no atrito contra a Ucrânia em 2024.*” Além disso, considera-se (sublinhados nossos) que “*Os objectivos da reforma militar russa reflectem a visão dos dirigentes sobre os recursos necessários para o conflito com a Ucrânia e para um confronto com o Ocidente. O Kremlin está provavelmente a antecipar um possível conflito com a NATO na próxima década.*” Finalmente, nota-se que “*A indústria militar russa aumentou significativamente a sua produção (...) e (...) a vantagem da Rússia sobre a Ucrânia em termos de munições de artilharia disponíveis continuará provavelmente a aumentar em 2024, a menos que os países ocidentais consigam aumentar rapidamente a produção e o fornecimento de munições de artilharia à Ucrânia.*”

Recorde-se que a Rússia colocou a Primeira-Ministra da Estónia, Kaja Kallas, numa lista de procurados da base de dados do Ministério do Interior russo, a primeira vez que o Kremlin apresenta acusações criminais contra um líder estrangeiro desde a invasão da Ucrânia. A fonte é a base de dados independente [Mediazona](#).

Finalmente, damos nota do trabalho do *think tank* [Critical Threats](#) que apresenta uma **avaliação da ofensiva russa na Ucrânia** (disponível [aqui](#), datada a 12.02.2024) com vários mapas interativos sobre o conflito.



4. AGRESSÃO RUSSA CONTRA A UCRÂNIA - BENS RUSSOS IMOBILIZADOS

Recorde-se que, a 6 de dezembro de 2023, os dirigentes do G7 [reiteraram que eram necessários progressos](#) para orientar as receitas extraordinárias detidas por entidades privadas que provenham diretamente dos **ativos soberanos imobilizados da Rússia** para apoiar a Ucrânia. O Conselho Europeu reiterou, em [dezembro de 2023](#), reiterou o apelo à realização de progressos decisivos, em coordenação com os parceiros, no que respeita à forma como as receitas extraordinárias detidas por entidades privadas que provenham diretamente dos bens imobilizados da Rússia poderão ser afetadas ao apoio à Ucrânia e à recuperação e reconstrução do país. É de notar que cerca de **260 mil milhões de euros em bens do Banco Central da Rússia foram imobilizados** sob a forma de valores mobiliários e de numerário nas jurisdições dos parceiros do G7, da UE e da Austrália, tendo mais de dois terços desses bens sido imobilizados na UE.

Assim sendo, damos notas de que o Conselho adotou esta semana uma **decisão e um regulamento (detalhe [aqui](#))** destinados a **clarificar as obrigações das centrais de valores mobiliários que detêm bens e reservas do Banco Central da Rússia imobilizados** em consequência das medidas restritivas da UE.

Esta decisão **abre caminho para que o Conselho decida sobre a eventual criação de uma contribuição financeira para o orçamento da UE proveniente desses lucros líquidos para apoiar a Ucrânia e, numa fase posterior, a sua recuperação e reconstrução.**

5. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE

Começa, esta sexta-feira, a anual Conferência de Segurança de Munique (de 16 a 18 de fevereiro). O detalhe e o programa estão disponíveis [aqui](#). Será discutido e apresentado o relatório anual desta Conferência, que este ano se intitula Lose-Lose (perda-perda) e que pode ser lido [aqui](#). É esperada a participação dos principais líderes europeus, bem como do presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy.

Na introdução, refere-se que *“No meio das crescentes tensões geopolíticas e da crescente incerteza económica, muitos governos já não se concentram nos benefícios absolutos da cooperação global, mas estão cada vez mais preocupados com o facto de estarem a ganhar menos do que outros.”* Por conseguinte, o Relatório de Segurança de Munique 2024 *“explora as dinâmicas de perda-perda que são estimuladas se cada vez mais governos derem prioridade aos benefícios relativos em vez de se envolverem numa cooperação de soma positiva e investirem numa ordem internacional que, apesar das suas falhas óbvias, ainda pode ajudar a fazer crescer o proverbial bolo em benefício de todos.”* Como se pode ler no sumário executivo ([aqui](#)), *“Os parceiros transatlânticos e os Estados que partilham as mesmas ideias enfrentam atualmente um difícil exercício de equilíbrio. Por um lado, têm de se preparar para um ambiente geopolítico muito mais competitivo, em que a lógica dos ganhos relativos é inevitável. Por outro lado, têm de reavivar a cooperação de soma positiva, sem a qual dificilmente se conseguirá um crescimento global mais inclusivo e soluções para os problemas globais prementes. problemas globais prementes dificilmente poderão ser alcançados.”*

Acrescenta-se que, *“No meio de uma rivalidade geopolítica crescente e de um abrandamento económico global, os principais actores da comunidade transatlântica, das autocracias poderosas e do chamado Sul Global ficaram insatisfeitos com o que consideram ser uma distribuição desigual dos benefícios absolutos da ordem internacional.”*

Por conseguinte, *“A China, talvez o maior beneficiário da ordem económica liberal, e outros desafiantes autocráticos sentem que os Estados Unidos estão a restringir as suas legítimas aspirações e estão a pressionar vigorosamente para obter uma parte ainda maior do bolo. E mesmo os guardiões tradicionais da ordem já não estão satisfeitos, pois vêem as suas próprias quotas a diminuir.”* Deste modo, conclui-se que *“À medida que cada vez mais Estados definem o seu sucesso em relação a outros, um ciclo vicioso de pensamento de ganhos relativos, perdas de prosperidade e crescentes tensões geopolíticas ameaça desenrolar-se. A dinâmica de perda-perda daí resultante já se está a desenrolar em muitos domínios políticos e a envolver várias regiões.”*

6. ELEIÇÕES PE - PROJEÇÕES

Dando continuidade à **divulgação das projeções regulares** que a imprensa europeia tem feito para as eleições ao **Parlamento Europeu** (6-9 de junho de 2024), damos nota das mais recente sondagem feita pelo *Politico*³ sobre esta matéria (com data de 9 de fevereiro de 2024).

O Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita, mantém uma clara liderança sobre a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), de centro-esquerda, na estimativa de lugares no Parlamento Europeu. Os grupos Identidade e Democracia (ID) e Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) estão novamente estatisticamente empatados em terceiro lugar, à frente da liberal Renovar a Europa (RE). O *Politico* faz uma análise exclusiva de cenários que combina as tendências das sondagens dos 27 países da UE, atribui os novos partidos não filiados ao grupo mais próximo do Parlamento Europeu e considera as mudanças de filiação. O resultado é a seguinte estimativa de lugares:

- **Partido Popular Europeu (PPE) com 178 lugares,**
- **Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D) com 145,**
- **Identidade e Democracia (ID) com 91,**
- **Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) com 89,**
- **Renovar a Europa (RE) com 83,**
- **Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes) com 46,**
- **A Esquerda - GUE/NGL (Esquerda) em 33,**
- **Não-inscritos (NI) com 55.**

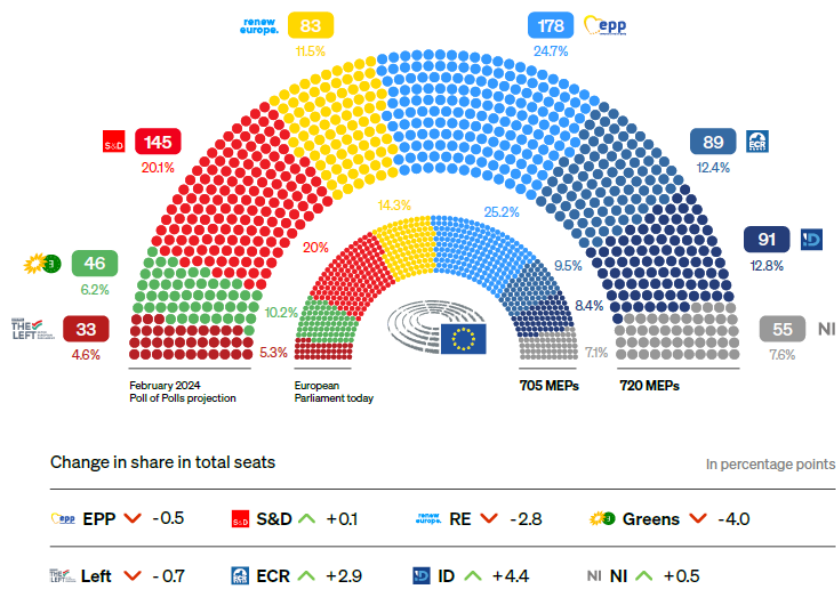
- European People's Party (EPP)
- Progressive Alliance of Socialists and Democrats (S&D)
- Renew Europe (RE)
- Greens / European Free Alliance (Greens)
- The Left — GUE/NGL (Left)
- European Conservatives and Reformists (ECR)
- Identity and Democracy (ID)
- Non-inscrits (NI)

Methodology

This analysis estimates the number of seats each political party would win based on the POLITICO Poll of Polls amalgamation of national voting intention polls, considering national electoral thresholds and each country's system for allocating seats. The national seat estimates are then summed up by existing European Parliament groups. In addition, expert assessments inform the scenario for the new unaffiliated parties and potential national electoral alliances.

Source

POLITICO Poll of Polls based on national voting intention polls



No que diz respeito ao calculador de coligações, o *Politico* identifica algumas alianças parlamentares seleccionadas e avalia se obteriam os **361 deputados necessários para uma maioria**. Assim sendo, se as

³ Efetuada pela Divisão de Pesquisa e Análise do *Politico*.

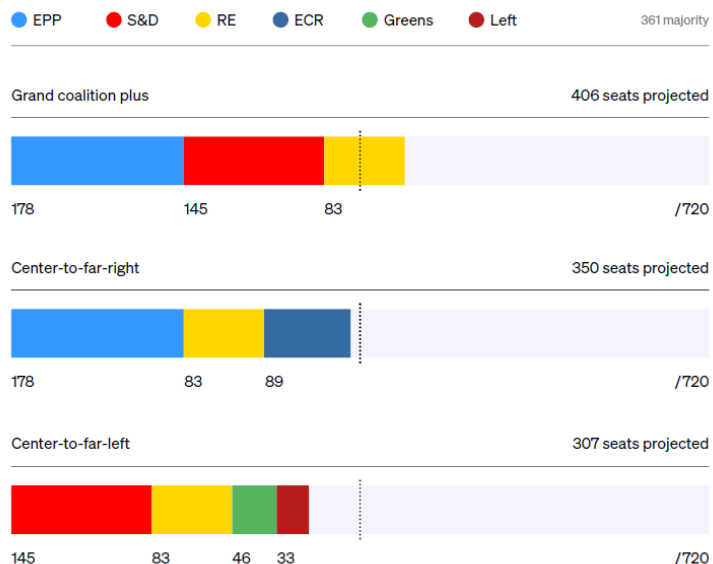
eleições fossem eleições em fevereiro de 2024, a *"grande coligação mais"* de longa data manteria uma clara maioria, com os grupos PPE, S&D e RE a receberem um total de 406 lugares. Em contrapartida, a aliança entre o centro e a extrema-direita com o PPE, o ECR e o RE continua a ficar claramente aquém da maioria, projectada agora para atingir 350 lugares. Do mesmo modo, uma maioria de centro-esquerda incluindo os grupos S&D, RE, Verdes e Esquerda, fica claramente aquém dos lugares necessários: 306 lugares.

Coalition calculator

Potential coalitions with and without majorities in the European Parliament based on the current seat estimate scenario

Source

POLITICO Poll of Polls based on national voting intention polls



Por outro lado, o *Politico* dá ênfase à centralidade do grupo liberal nos futuros acordos a estabelecer no PE: “O número total de deputados liberais no PE tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas. No entanto, durante as últimas legislaturas, tornaram-se cada vez mais relevantes para os resultados políticos.” Como ilustrado na figura abaixo, “enquanto uma grande coligação entre o PPE de centro-direita e o S&D de centro-esquerda tenha dominado a política europeia durante muito tempo, a sua quota combinada de lugares diminuiu.” Porém, “a coligação do PPE e do S&D perdeu a sua maioria no plenário pela primeira vez após as eleições de 2019. Como resultado, a grande coligação informal tornou-se uma *"grande coligação mais"*, com o grupo RE a juntar-se e a tornar-se mais importante para alcançar maiorias políticas.”

Seat shares of EPP, S&D and RE in the European parliament over time

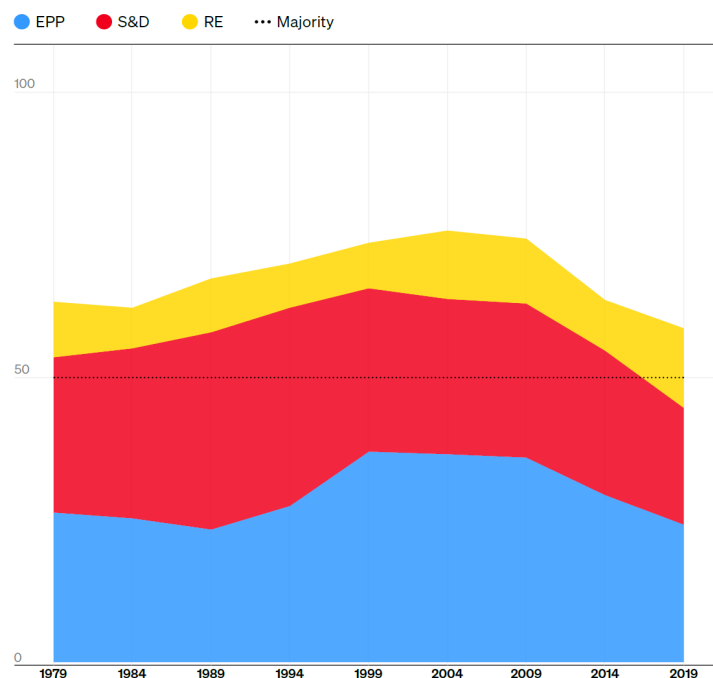
Share of seats held by the European People's Party (EPP), the Progressive Alliance of Socialists and Democrats (S&D) and the Renew Europe Group (RE) or its predecessors in the European Parliament over time at the parliament's constitutive session

Note

Liberal MEPs belonged to different parliamentary groups: Liberal and Democratic Group (1979 – 1989), Liberal and Democratic Reformist Group (1989 – 1994), Group of the European Liberal, Democrat and Reform Party (1994 – 1999), Group of the Alliance of Liberals and Democrats for Europe (2004 – 2019), Renew Europe Group (2019)

Source

POLITICO analysis based on European Parliament data



7. COMISSÃO EUROPEIA- PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO

A Comissão Europeia apresentou esta semana as suas Previsões económicas do inverno de 2024, sob o mote “*Algum atraso na recuperação do crescimento, num contexto de abrandamento mais rápido da inflação*”. O documento integral está disponível [aqui](#).

Pode ler-se que “*Na sequência do ténue crescimento registado no ano passado, a economia da UE entrou em 2024 em piores condições do que o previsto. As previsões intercalares do inverno da Comissão Europeia reveem o crescimento, tanto na UE como na área do euro, para 0,5 % em 2023, o que compara com os 0,6 % projetados nas previsões do outono, e para 0,9 % (contra 1,3 %) na UE e 0,8 % (contra 1,2 %) na área do euro em 2024. Para 2025, as previsões continuam a apontar para um crescimento da economia de 1,7 % na UE e de 1,5 % na área do euro.*

A inflação deverá abrandar mais rapidamente do que o previsto no outono. Na UE, prevê-se que a inflação medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) caia de 6,3 % em 2023 para 3,0 % em 2024 e 2,5 % em 2025. Na área do euro, deverá desacelerar de 5,4 % em 2023 para 2,7 % em 2024 e 2,2 % em 2025.”

A previsão para Portugal está disponível [aqui](#) e ilustrada no quadro *infra*.

Indicators	2023	2024	2025
GDP growth (%. yoy)	2.3	1.2	1.8
Inflation (%. yoy)	5.3	2.3	1.9

Por outro lado, a Comissão publica esta semana o novo [relatório anual sobre o mercado único e a competitividade](#), que descreve em pormenor os seus pontos fortes e os desafios concorrenciais, acompanhando a evolução anual de acordo com os nove motores de competitividade identificados na [Comunicação da UE relativa à competitividade a longo prazo de 2023](#).

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR⁴

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, teve lugar no PE em Bruxelas a *Semana parlamentar europeia: Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação Económica na União Económica e Monetária (artigo 13.º do TCEG) e Conferência sobre o Semestre Europeu*. A AR fez-se representar por uma delegação composta por 7 Deputados por parte da Comissão de Assuntos Europeus, os Senhores Deputados Carlos Brás (PS) e Paulo Ramalho (PSD); pela Comissão de Orçamento e Finanças, o Senhor Deputado Diogo Cunha (PS) e a Senhora Deputada Rosina Ribeiro Pereira (PSD); e da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) e os Senhores Deputados João Cotrim Figueiredo (IL) e Fernando José (PS), que chefiou a delegação.



⁴ Ponto elaborado por Vanessa Louro, assessora da CTSSI (10.ª Comissão).

Em debate, esteve a coordenação de políticas económicas, orçamentais e fiscais, tendo vista o reforço da união económica e monetária, do mercado único e a dupla transição (digital e ambiental). Os vários intervenientes estiveram de acordo quanto à necessidade de robustecer a economia europeia, tornando-a mais resiliente face às crises que vão surgindo, implicando uma reflexão aprofundada sobre os vários mecanismos de apoio aos Estados que têm sido adotados ao longo dos anos. Foi também realçada a importância de fortalecer a autonomia estratégica da Europa e não descurar a proteção social dos cidadãos europeus. Uma última nota para o destaque generalizado que mereceu o [acordo alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho da UE](#) sobre um novo quadro de governação económica, o qual, entre outros aspetos, alarga o período de ajustamento para a implementação de reformas e investimentos, de 4 para 7 anos.

Toda a documentação referente à conferência, bem como as hiperligações para as gravações vídeo das várias sessões pode ser encontrada na página do evento ([aqui](#))

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conferência sobre falta de habitação e sem abrigo

A Presidência belga organizou uma [Conferência](#) intitulada "Rumo a zero sem-abrigo, apenas 6 anos para o conseguir", presidida pelo Ministro belga da Integração Social e da Luta contra a Pobreza. O objetivo era fazer o balanço das políticas implementadas pelos Estados-Membros e pela UE em torno das cinco linhas políticas, tal como mencionadas na Declaração de Lisboa, para erradicar o fenómeno dos sem-abrigo até 2030, nomeadamente: i) *Ninguém dorme na rua na ausência de alojamento de emergência acessível, seguro e adequado*; ii) *Ninguém vive em habitações de emergência ou de transição por mais tempo do que o necessário para uma transição bem sucedida para uma solução de habitação permanente*; iii) *Ninguém sai de uma instituição (prisão, hospital, lar de idosos) sem que lhe seja oferecida uma habitação adequada*; iv) *Os despejos devem ser evitados na medida do possível e ninguém deve ser despejado da sua casa sem encontrar uma solução de habitação adequada, se necessário*; v) *Ninguém é discriminado devido ao seu estatuto de sem-abrigo*.

Com a Declaração de Lisboa em 2021, os Estados-Membros e as instituições europeias criaram a Plataforma Europeia de Combate ao Desemprego, EPOCH, que reúne legisladores, organizações da sociedade civil e instituições europeias para aumentar o intercâmbio de conhecimentos e intensificar o trabalho político com o objetivo de erradicar o fenómeno dos sem-abrigo até 2030. Os principais resultados desta Conferência estão disponíveis [aqui](#).

Reunião informal dos ministros do Desenvolvimento

Realizou-se a [12 de fevereiro](#), no Palácio Egmont, em Bruxelas. A Presidência belga considera que, em face do contexto de crescente instabilidade e desigualdade a nível mundial, é mais importante do que nunca que a União Europeia reforce a sua contribuição para o desenvolvimento humano mundial. É por esta razão que os debates havidos se centraram em torno de consolidar a posição da UE enquanto interveniente fiável no desenvolvimento, mantendo inabalavelmente um elevado nível de empenhamento para com os nossos parceiros, em especial em África, bem como para com os países frágeis e menos desenvolvidos (PMD). O objetivo é refletir sobre o trabalho da Comissão Europeia para garantir a melhor utilização possível dos seus instrumentos (Instrumento de Vizinhaça, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI) e do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS+), cujas avaliações estão em curso.

Reunião informal dos ministros da Competitividade (Investigação)

Realizada a [14/15 de fevereiro](#), em La Hulpe, a reunião foi presidida pelo Sr. Willy Borsus, Vice-Presidente do Governo da Valónia, e os [temas abordados](#) foram: Investigação e inovação a longo prazo; Colaboração entre sectores e disciplinas; Descarbonização das nossas indústrias; Reforço da nossa competitividade.

Recorde-se que a [agenda estratégica da Presidência](#) consiste em modernizar a indústria europeia, na elaboração de políticas interdisciplinares e baseadas em dados concretos, e na cooperação internacional.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às [Comissões parlamentares do PE](#), bem como aos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [21 de fevereiro](#), com destaque para o *Pacote de conectividade sobre redes e infra-estruturas digitais*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 19 de fevereiro: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 19 e 20 de fevereiro: [Reunião informal dos Ministros do Turismo](#)
- 20 de fevereiro: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 22 a 24 de fevereiro: [Reunião informal dos ministros dos Assuntos Económicos e Financeiros](#)
- 23 de fevereiro de 2024: [Eurogrupo](#)

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, terá lugar em Ghent (Bélgica), a **14.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol**, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2024. A Delegação da Assembleia da República será composta pela Deputada Cláudia Santos (PS), e pelo Deputado Pedro Filipe Soares (BE), Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em representação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pelos Deputados Deputado Jorge Seguro Sanches (PS), e Deputado Bruno Nunes (CH), pela Comissão de Assuntos Europeus. O detalhe desta reunião está disponível [aqui](#) e [aqui](#) (com [link](#) para a transmissão).

Bruxelas | 16 de fevereiro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).